



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

APROVADO

PARECER

Sala das Sessões 06 / dezembro / 2004

Antônio José de Oliveira
Presidente

1. ASSUNTO

Projeto de Lei nº 017/2004, do Executivo Municipal, cuja súmula autoriza o Poder Executivo Municipal a transmitir o domínio pleno de imóveis da municipalidade, conforme especifica.

2. RELATÓRIO

O Ilustríssimo Chefe do Poder Executivo apresentou perante esta Casa, Projeto de Lei visando autorização legislativa para transferir o domínio pleno de imóveis do Município, independentemente de concorrência pública, aos detentores de direito real de uso, que comprovadamente tenham cumprido as obrigações constantes nos atos de concessões.

Menciona o Projeto em análise que os valores a serem pagos serão definidos pela Comissão Permanente de Avaliação do Município, podendo o pagamento ser realizado em até 05 (cinco) parcelas iguais e consecutivas, ou através de permuta com imóveis de interesse público relevante.

3. FUNDAMENTAÇÃO

Em se tratando de matéria financeira, uma vez que a transferência do domínio se dará de forma onerosa, a competência para propositura de projeto de lei é acertada, eis que privativa ao Poder Executivo, a teor da prescrição dos artigos 132, IV e V do Regimento Interno desta Casa de Leis, bem como do artigo 67, IV e V da Lei Orgânica do Município de Campo Largo.

De igual forma, por se tratar de disponibilidade de bem público, também resta acertada sua proposição pelo Poder Executivo Municipal.

Ocorre, entretanto, que a lei é ampla e regula de forma deveras abrangente a maneira como se darão possíveis transferências de bens imóveis pertencentes à Campo Largo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Constata-se do processado que não se justificou, na legislação, a incidência do interesse público, norteador da atividade governamental. De igual forma, ao excluir a concorrência do processo aquisitivo fere dispositivos constitucionais e da Lei de Licitações, uma vez que trata de maneira desigual cidadãos em situações idênticas.

Não obstante os apontamentos tecidos é de se elucidar, ainda, que a proposição impede o Poder Legislativo de efetivamente fiscalizar os atos do Poder Executivo. Ao não se proceder à denominação e detalhamento daqueles cessionários a serem beneficiados com a lei, o Executivo tolhe dos Vereadores a possibilidade de insurgir-se contra certas transferências por força de não cumprimento dos requisitos da cessão de direito real de uso ou ainda por inexistência de interesse público na mesma.

Em que pese a confiança depositada no Líder do Poder Executivo Municipal por esta Casa de Leis, o fato é que a sanção da presente Lei lhe conferirá amplos e irrestritos poderes na efetivação das eventuais transferências, o que não é indicado em âmbito de administração pública.

4. VOTO

Isto posto, decidem os Membros da Comissão de Finanças e Orçamento, em unanimidade de votos emitir parecer CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº 017/2004.

S.M.J, é o parecer.

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo, em 30 de novembro de 2004.

IVO ROQUE SCAPIN

Presidente

SAID MATTAR

Relator

DARCI ANTONIO ANDREASSA

Membro